

CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE RIO TINTO

**BALANÇO DO EXERCÍCIO
DE 2023**

BALANÇO
31 DE DEZEMBRO 2023

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIO	
		2023	2022
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis.....	5	1.889.799,22	1.875.306,31
Bens do património histórico e cultural.....			
Propriedades de investimento.....			
Activos intangíveis.....			
Investimentos financeiros.....	6	7.565,73	7.292,21
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	7	140.000,00	150.000,00
Outros.....			
		2.037.364,95	2.032.598,52
Activo corrente:			
Inventários.....	8	1.429,14	1.095,01
Clientes.....		14.990,21	
Adiantamentos a fornecedores.....			
Estado e outros entes públicos.....			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....			
Outras contas a receber.....			4.300,00
Diferimentos.....	9	4.146,38	3.695,96
Outros activos financeiros.....			
Caixa e depósitos bancários.....	10	2.319.102,24	2.174.952,66
Outros.....			
		2.339.667,97	2.184.043,63
Total do activo		4.377.032,92	4.216.642,15
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais:			
Fundos.....		69.499,90	69.499,90
Excedentes técnicos.....			
Reservas.....	11	378.701,25	378.701,25
Resultados transitados.....	12	2.681.556,49	2.460.230,60
Excedentes de revalorização.....			
Outras variações no capital próprio.....	13	961.398,62	981.546,34
		4.091.156,26	3.889.978,09
Resultado líquido do período.....		167.594,70	221.325,89
Total do fundo de capital		4.258.750,96	4.111.303,98
Passivo:			
Passivo não corrente			
Provisões.....			
Provisões.....			
Financiamentos obtidos.....			
Outras contas a pagar.....			
Outros.....			
Passivo corrente			
Fornecedores.....			
Adiantamentos de clientes.....			
Estado e outros entes públicos.....	14	19.424,70	19.258,56
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....			
Financiamentos obtidos.....			
Diferimentos.....			
Outras contas a pagar.....	15	98.857,26	86.079,61
Outros passivos financeiros.....			
		118.281,96	105.338,17
Total do passivo		118.281,96	105.338,17
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4.377.032,92	4.216.642,15

A Direcção

Victor Manuel Simões Ramos
Nelson Sousa
Júlia Zé de Fátima Nuno
José da Rocha Ray
Doutor José Augusto Pinto
Júlio de Oliveira Carmo

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
31 DE DEZEMBRO 2023

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		EXERCÍCIOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados.....	16	788.778,58	694.796,89
Subsídios, doações e legados à exploração.....	17	762.358,02	745.916,42
ISS, IP - Centros Distritais.....		720.439,08	696.275,50
Outros.....		41.918,94	49.640,92
Variação nos inventários da produção.....			
Trabalhos para a própria entidade.....			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	18	(174.951,52)	(145.009,09)
Fornecimentos e serviços externos.....	19	(317.432,53)	(305.097,83)
Gastos com o pessoal.....	20	(830.791,20)	(754.575,34)
Ajustamento de inventários (perdas/reversões).....			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....			
Provisões (aumentos/reduções).....			
Provisões específicas (aumentos/reduções).....			
Outras imparidades (perdas/reversões).....			
Aumentos/reduções de justo valor.....			
Outros rendimentos e ganhos.....	21	31.611,67	69.007,81
Outros gastos e perdas.....	22	(3.974,98)	(4.469,33)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		255.598,04	300.569,53
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	23	(88.240,55)	(79.322,12)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		167.357,49	221.247,41
Juros e rendimentos similares obtidos.....	24	248,31	161,22
Juros e gastos similares suportados.....	25	(11,10)	(82,74)
Resultado antes de impostos		167.594,70	221.325,89
Imposto sobre o rendimento do período.....			
Resultado líquido do período		167.594,70	221.325,89

A Direcção

Vitor Manuel Martins Lima

Celia

Nelson Sousa

Júlia Zélia de Fretes Nuno

Leidiv da Rocha Pinto

David José Araújo Pinto

Justino Carmeiro

O Contabilista Certificado

CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE RIO TINTO

ANEXO

**AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
DO EXERCÍCIO DE 2023**

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Exercício 2023

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including names like "Vitor", "B.", "J. G.", "H. G.", "D.", and "J. G.".

1. Identificação da entidade

1.1 – Designação da entidade: CENTRO SOCIAL DA PAROQUIA DE RIO TINTO

1.2 – Sede: Rua do Mosteiro, nº 3 - 4435-345 Rio Tinto

1.3 – Natureza da atividade: O Centro Social da Paroquia de Rio Tinto é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), pessoa coletiva de utilidade pública e sem fins lucrativos. Através de um Acordo de Cooperação com a Segurança Social, desenvolve uma atividade de apoio social a pessoas idosas. A instituição possui as valências, de Apoio Domiciliário, Centro de Dia e Lar para idosos.

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 O referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras, é o que foi instituído pelo Decreto-lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), uma vez que se trata de uma entidade que prossegue a título principal uma atividade sem fins lucrativos. Esta Norma é de aplicação obrigatória desde o dia 1 de janeiro de 2012, e faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto Lei nº 158/2009, de 13 de julho, alterado entretanto pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho. Esta Norma criou regras contabilísticas próprias, aplicáveis especificamente às entidades que prossigam, a título principal, atividades sem fins lucrativos e que não possam distribuir aos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro direto, designadamente associações, pessoas coletivas públicas de tipo associativo, fundações, clubes, federações e confederações.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, e o anexo, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

Vís Ram
Bl.
B.
Julg
Gidoz
D
Just

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2023 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2022.

2.2 Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Ativos fixos tangíveis:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Nas ESNL, existem por vezes bens do ativo fixo tangível atribuídos a título gratuito em que o custo pode ser desreconhecido. Neste caso os bens são mensurados ao justo valor, ao valor pelo qual se encontram segurados, ou ao valor pelo qual figuravam na sua contabilidade. A quantia assim apurada corresponderá ao custo considerado para efeitos da mensuração no reconhecimento.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Instituição.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

W. Ram
J. L. F. S.
J. L. F. S.
J. L. F. S.

A Instituição procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com as taxas máximas definidas especificamente para as IPSS, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

Edifícios = 2 % (50 anos)
Equipamento básico = 16,66% (6 anos)
Equipamento transporte = 20% (5 anos)
Equipamento administrativo = 16,66% (6 anos)
Equipamento informático = 20% (5 anos)
Ferramentas e utensílios = 25% (4 anos)

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

b) Ativos intangíveis:

A Instituição reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Instituição e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

c) Aquisição de Software:

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Instituição necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha reta ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

d) Locações:

A Instituição classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Wills
Renn
D.
Jeg
Hoy
D
Jung

Locações operacionais

Os pagamentos/recebimentos efetuados pela Instituição à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos diretos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como ativo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

e) Inventários

Os inventários são valorizados ao seu custo de aquisição. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

Os inventários são movimentados em sistema de inventário intermitente, sendo que a forma de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

f) Caixa e equivalentes de caixa:

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

g) Transações em moeda estrangeira:

As transações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação.

Wtr
Rans
S.
Jes
Lig

Jes

g) Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos patrimoniais e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a Instituição cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Um subsídio do Governo que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à Instituição sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

h) Gastos com empréstimos obtidos

Os gastos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período não sendo capitalizados mesmo que diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica.

i) Provisões

São reconhecidas provisões quando:

A Instituição tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;

É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,

É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Wfr
L
J. L. Gray
J. L. Gray
J. L. Gray

h) Reconhecimento de gastos e rendimentos:

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

i) Gastos/Rendimentos de financiamentos:

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o período não foram detetados erros materialmente relevantes nem feitas alterações significativas nas estimativas contabilísticas.

5. Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	(valores em euros)	
	31-12-2023	31-12-2022
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	3.208.152,84	3.148.030,44
Equipamento básico	214.467,97	214.467,97
Equipamento de transporte	201.846,06	159.235,00
Equipamento administrativo	168.308,73	168.308,73
Equipamentos biológicos	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	95.697,99	95.697,99
	3.888.473,59	3.785.740,13
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	88.240,55	79.322,12
Depreciação acumulada de períodos anteriores	1.910.433,82	1.831.111,70
Perdas por imparidade do período	0,00	0,00
Perdas por imparidade de períodos anteriores	0,00	0,00
	1.998.674,37	1.910.433,82
Valor líquido contabilístico	1.889.799,22	1.875.306,31

Os ativos fixos tangíveis estão todos contabilizados pelo custo de aquisição, e a par da rubrica Caixa e Depósitos Bancários é a rubrica mais representativa do Ativo correspondendo a cerca de 43% do total do Ativo. Esta rubrica juntamente com a rubrica dos Caixa e Depósitos Bancários correspondem a 96% do total do Ativo.

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respetivo bem entrou em funcionamento.

As depreciações destes ativos, foram calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas mencionadas na alínea a) do ponto 3.2.

A 31 de Dezembro de 2023, não existem restrições de titularidade nem Ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos, e também não existem compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis.

Vitor
 Ram
 S.
 See
 G. Lina
 J. Lina

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2023, são analisados como segue:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Adições	Revalorizações / Imparidades	Alienações	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	3.148.030,44	60.122,40				3.208.152,84
Equipamento básico	214.467,97	0,00				214.467,97
Equipamento de transporte	159.235,00	42.611,06				201.846,06
Equipamento administrativo	168.308,73	0,00				168.308,73
Equipamentos biológicos	0,00	0,00				0,00
Outros activos fixos tangíveis	95.697,99	0,00				95.697,99
	3.785.740,13	102.733,46	-	-	-	3.888.473,59
Depreciação acumulada e imparidade						
Edifícios e outras construções	-1.324.108,50	-65.817,10				-1.389.925,60
Equipamento básico	-167.491,40	-11.225,04				-178.716,44
Equipamento de transporte	-159.235,00	-8.522,21				-167.757,21
Equipamento administrativo	-165.645,99	-1.331,38				-166.977,37
Outros activos fixos tangíveis	-93.952,93	-1.344,82				-95.297,75
	-1.910.433,82	-88.240,55	-	-	-	-1.998.674,37
Total	1.875.306,31					1.889.799,22

A Instituição investiu no ano de 2023, um total de 102.733,46 EUR na aquisição de uma Viatura e Obras.

À data de 31 de Dezembro de 2023, não existem ativos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira.

6. Investimentos Financeiros

Esta rubrica é analisada como segue:

(valores em euros)

	31-12-2023	31-12-2022
Valor Bruto:		
Fundo compensação trabalho (FCT)	7.565,73	7.292,21
...	0,00	0,00
	7.565,73	7.292,21
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	0,00	0,00
Depreciação acumulada de períodos anteriores	0,00	0,00
Perdas por imparidade do período	0,00	0,00
Perdas por imparidade de períodos anteriores	0,00	0,00
	0,00	0,00
Valor líquido contabilístico	7.565,73	7.292,21

7. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Esta rubrica é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Activo não corrente		
Empréstimo concedido Fábrica da Igreja	140.000,00	150.000,00
	140.000,00	150.000,00
Activo corrente		
	0,00	0,00

Empréstimo não remunerado concedido à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de S. Cristóvão de Rio Tinto por um período de 7 anos. Contrato mútuo celebrado em 29/11/2019.

8. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Valor Bruto:		
Mercadorias	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.429,14	1.095,01
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00
	1.429,14	1.095,01
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período		
Imparidades de períodos anteriores		
	-	-
Valor líquido contabilístico	1.429,14	1.095,01

Durante o período foram reconhecidos em custo das matérias consumidas 174.951,52 euros (2022: 145.009,09 euros). Os inventários foram mensurados pelo método do custo, sendo usado como sistema de custeio das saídas o Custo médio ponderado.

9. Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Activo		
<i>Gastos a reconhecer</i>		
Seguros pagos	4.146,38	3.695,96
Outros Gastos a reconhecer	0,00	0,00
	4.146,38	3.695,96

10. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de Caixa e depósitos bancários é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Caixa	2.468,29	88,73
Depositos à ordem	876.622,98	865.351,79
Depositos a prazo	1.440.010,97	1.309.512,14
	2.319.102,24	2.174.952,66

A rubrica Caixa e Depósitos Bancários é a primeira rubrica mais representativa do Ativo correspondendo a cerca de 53% do total do Ativo. Esta rubrica juntamente com a rubrica dos Ativos fixos tangíveis correspondem a 96% do total do Ativo.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the name "Vitor" and other illegible markings.

11. Reservas

A rubrica de reservas é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Reservas estatutárias		
Reservas contratuais		
Reservas Livres	378.701,25	378.701,25
	378.701,25	378.701,25

12. Resultados transitados

A variação da conta dos resultados transitados de um ano para o outro, resulta da transferência do resultado líquido do exercício de 2022.

13. Outras variações nos capitais próprios

Esta rubrica é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Subsídios	650.208,62	670.356,34
Doações	311.190,00	311.190,00
....		
	961.398,62	981.546,34

14. Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Activo		
IVA a recuperar		
IVA reembolsos pedidos		
Outros impostos		
	0,00	0,00
Passivo		
Retenções de imposto sobre o rendimento	4.278,03	4.786,40
IVA a pagar		
Outros impostos	0,00	155,17
Contribuições para a Segurança Social	15.146,67	14.316,99
Tributos das autarquias locais		
Outras tributações		
	19.424,70	19.258,56

A 31 de dezembro de 2023 não existiam dívidas ao Estado e outros entes públicos em situação de mora.

15. Outras contas a pagar

A rubrica de Outras contas a pagar é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Corrente		
Fornecedores de investimentos		
Credores por acréscimos de gastos	97.108,33	86.053,00
Outros Credores	1.748,93	0,00
Pessoal	0,00	26,61
...		
	98.857,26	86.079,61

O valor dos Credores por acréscimos de gastos resulta no essencial da estimativa feita para as Férias, Subsidio de Férias e respetivos encargos com a Segurança Social que se vencem a 01 de janeiro do ano seguinte, mas que em termos de gastos são contabilizadas no exercício correspondente.

16. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

(valores em euros)

Descrição	2023	2022
Vendas		
...	0,00	0,00
...		
Serviços prestados		
Mensalidades	788.778,58	694.796,89
...		
	788.778,58	694.796,89

17. Subsídios, doações e legados à exploração

Esta rubrica analisa-se da seguinte forma:

(valores em euros)

Descrição	2023	2022
ISS, IP - Centros Distritais		
Acordo Lar para idosos	395.577,80	395.473,88
Acordo Centro de dia	106.776,67	78.894,20
Acordo Apoio domiciliário	208.995,11	210.890,44
Protocolo emergência alimentar	9.089,50	11.016,98
	720.439,08	696.275,50
Outros		
Autarquia	0,00	6.169,62
IAPMEI	0,00	1.288,00
Viatura Eletrica	0,00	17.500,00
Legados	41.918,94	24.683,30
	41.918,94	49.640,92
	762.358,02	745.916,42

18. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	2023	2022
Mercadorias	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	174.951,52	145.009,09
Ativos biológicos	0,00	0,00
	174.951,52	145.009,09

19. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2023	2022
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	9.787,65	15.088,57
Publicidade e propaganda	147,60	209,10
Vigilância e segurança	2.362,02	0,00
Honorários	78.538,80	60.891,50
Comissões	0,00	0,00
Conservação e reparação	42.376,88	26.110,39
Serviços bancários	251,32	395,42
Outros	0,00	0,00
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	4.981,20	367,86
Livros e documentação técnica	0,00	0,00
Material de escritório	1.689,75	1.674,34
Artigos para oferta	0,00	0,00
Material didático	4.826,61	3.718,25
Vestuário	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Energia e fluidos:		
Electricidade	18.839,13	30.178,81
Combustíveis	6.090,89	6.430,04
Água	23.757,55	19.689,60
Gás	51.670,27	50.554,74
Deslocações, estadas e transportes:		
Deslocações e estadas	0,00	2,66
Transportes de pessoal	0,00	0,00
Transportes de mercadorias	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	0,00	0,00
Comunicação	2.179,77	2.184,40
Seguros	5.735,34	3.778,83
Royalties	0,00	0,00
Contencioso e notariado	0,00	15,00
Despesas de representação	0,00	0,00
Limpeza, higiene e conforto	26.755,87	27.165,72
Outros serviços	4.827,33	4.109,92
Encargos saúde utentes	32.614,55	52.532,68
	317.432,53	305.097,83

Handwritten notes and signatures:
 Vite
 Rem
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

20. Gastos com pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2023	2022
Remunerações dos órgãos sociais	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	681.216,79	617.620,87
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Prémios para pensões	0,00	0,00
Outros benefícios	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	141.033,99	127.137,27
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	6.970,18	6.314,75
Gastos de ação social	0,00	0,00
Outros gastos com o pessoal	1.570,24	3.502,45
	830.791,20	754.575,34

O número médio de pessoas ao serviço da Instituição, no período, foram 47.

21. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2023	2022
Rendimentos suplementares	0,00	282,43
Restituição IVA	5.957,37	18.350,62
Consignação 0,5% IRS	4.357,24	3.978,84
Rendimentos de exercicios anteriores	0,00	0,00
Imputação Subsídios para investimento	20.147,72	24.123,35
Quotizações	1.040,00	0,00
Donativos	0,00	22.272,24
Outros	109,34	0,33
	31.611,67	69.007,81

22. Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2023	2022
Impostos	224,40	511,11
Perdas em inventários	0,00	0,00
Correcções de exercicios anteriores	259,78	0,00
Quotizações	498,00	498,00
Multas e Penalidades	0,00	436,92
Outros	2.992,80	3.023,30
	3.974,98	4.469,33

23. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2023	2022
Gastos		
Propriedades de investimento	0,00	0,00
Activos fixos tangíveis	88.240,55	79.322,12
Activos intangíveis	0,00	0,00
Reversões		
Propriedades de investimento	0,00	0,00
Activos fixos tangíveis	0,00	0,00
Activos intangíveis	0,00	0,00
	88.240,55	79.322,12

24. Juros e rendimentos similares obtidos

A rubrica de Juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2023	2022
Juros obtidos	248,31	161,22
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
	248,31	161,22

25. Juros e gastos similares suportados

A rubrica de juros e gastos similares suportados é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2023	2022
Juros suportados	11,10	82,74
Dif câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas	0,00	0,00
	11,10	82,74

Rio Tinto, 24 de Abril de 2024

A Direcção

Ulisses Manuel Gomes Ramos

Nelson Sousa

Nelson Sousa

Juliana Zilka de Freitas Mendes

Alfredo da Rocha Reis

David José Henriques Pinto

Justino Carmeiro

O Contabilista Certificado

Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de Prestação de Contas da Gerência do período de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas do Centro Social da Paróquia de Rio Tinto ao órgão competente para a verificação da sua legalidade que:

1. De acordo com o estabelecido pelo n.º 2, do Artigo 14.º-A, do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 novembro, as contas relativas ao exercício de 2023 foram publicitadas no sítio institucional eletrónico desta Instituição, www.paroquiariotinto.pt, em 31 de maio de 2024.
2. De acordo com o estabelecido pelo Artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 novembro, sempre que sejam realizadas obras de montante superior a 25.000,00€ a entidade está obrigada adotar o Código dos Contratos Públicos, pelo que no exercício de 2023 a entidade (selecionar apenas uma das seguintes opções):
 - Realizou obras superiores a 25.000 € e aplicou o Código dos Contratos Públicos.
 - Realizou obras superiores a 25.000 €, mas não aplicou o Código dos Contratos Públicos.
 - Não realizou obras superiores a 25.000 €, pelo que não se aplica o Art.º 23º
 - A entidade não recebeu apoios financeiros públicos, pelo que não se aplica o Art.º 23º *

Os órgãos de administração:

António Manuel Diniz Reis

AS

Nelson Sousa

Felipe Zélio de Freitas Mendes

Elidris da Rocha Rodrigues

João Manuel Amaro Pinto

João Carlos Carneiro

CERTIDÃO

Margarida Maria Silva Santos Silva, Chefe de Finanças, a exercer funções no Serviço de Finanças de GONDOMAR-2.

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), que o(a) contribuinte abaixo indicado(a) tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177º-A e/ou nºs 5 e 12 do artigo 169º, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).

A presente certidão é válida por três meses e não constitui documento de quitação, nos termos dos nºs 4 e 6 do artigo 24º CPPT, respetivamente.

Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão 3 de Janeiro de 2024.

IDENTIFICAÇÃO

NOME: CENTRO SOCIAL PAROQUIA RIO TINTO

NIF: 501538275

Elementos para validação
Nº Contribuinte: 501538275
Cód. Validação: RSRYWHRGQMVV

O Chefe de Finanças,



(Margarida Maria Silva Santos Silva)

DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte CENTRO SOCIAL
PAROQUIA RIO TINTO

Firma/Denominação CENTRO SOCIAL PAROQUIA
RIO TINTO

N.º de Identificação de Segurança Social 20004548098

N.º de Identificação Fiscal 501538275

N.º da Declaração 035128974ASCD24

Data de emissão 2024-01-03

CENTRO SOCIAL PAROQUIA RIO TINTO
R MOSTEIRO 3 RIO TINTO
GONDOMAR
4420-000 GONDOMAR

Declaramos, que a entidade acima identificada tem a situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

Artigo 208.º do Código dos Regimes Contributivos, aprovado pela Lei n.º 110/2019, de 16 de setembro na sua versão atualizada

Esta declaração não constitui comprovativo de pagamento de contribuições, nem de outros valores e diz respeito à situação contributiva apurada até à data de emissão, não prejudicando o posterior apuramento de dívidas.

N.ºs 1 e 3 do artigo 82.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada

A declaração é válida pelo prazo de **4 meses**, contado a partir da data de emissão.

Artigo 84.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada

O Diretor de Segurança Social


Miguel Cardoso

Elementos para verificação da autenticidade da declaração:

Número de Identificação - 20004548098

Código de Verificação - 3RAERENJMZHRZC

Para verificar a autenticidade desta declaração aceda à Segurança Social Direta, no menu "CONTA CORRENTE-SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA" e introduza o Número de Identificação e o Código de Verificação acima indicados.

Verifique se o documento obtido corresponde a esta declaração.